



INFORME BNDES

ANO II - Nº 19

MARÇO/89

Investimentos do Sistema BNDES este ano serão “antídoto contra a recessão”, diz Márcio Fortes

— Empenhado em manter o crescimento econômico, o Governo Federal transformou o Sistema BNDES (o Banco e suas subsidiárias Finame e Bndespar) no braço anticrise do “Plano Verão”, tornando-o um verdadeiro antídoto contra os riscos de recessão. O Presidente da República assegurou, ao anunciar o novo programa, que o orçamento de investimentos do Sistema BNDES este ano será de NCz\$ 5,3 bilhões; elevou de 80 para 90% a participação máxima da Finame no investimento total; e orientou o Banco para dar prioridade em 1989 a investimentos de curto prazo de maturação — afirmou o presidente do BNDES, Márcio Fortes.

— Nesse momento a Finame está atuando no contravapor da indefinição e da insegurança — acrescentou. — Estamos dizendo aos empresários: comprem máquinas e equipamentos pagando apenas 10% do preço: a Finame financia 90%. Assim os

empresários poderão aproveitar o preço congelado, concretizarão seus projetos e, sobretudo, escaparão da especulação financeira. E, como a Finame libera o financiamento logo, a máquina será produzida, vendida e posta para operar ainda este ano.

— A Finame tem agilidade para dar pronta resposta ao empresário interessado em investir, porque atua através de cerca de 170 instituições financeiras (num total de milhares de agências bancárias) espalhadas por todo o País; e porque aprova e libera os financiamentos com muita rapidez.

Essa agilidade proporcionada pela Finame, disse Márcio Fortes, é uma oportunidade única de aquisição e modernização de máquinas e equipamentos, “que nunca ocorreu antes e dificilmente se repetirá”.

— E temos certeza de que o empresariado não perderá essa

chance de expandir e aprimorar seu parque industrial.

INTEGRAÇÃO COMPETITIVA

A propósito da necessidade de o Brasil integrar-se, de igual para igual, aos fluxos internacionais de comércio, disse Márcio Fortes:

— É através dos Cenários e dos Planos Estratégicos que o BNDES consegue otimizar a utilização dos seus recursos e avaliar os novos fatores que surgem na economia. Eles indicam que o País precisa integrar-se competitivamente às nações desenvolvidas. E isto não significa simplesmente exportar mais e importar menos. Precisamos, de fato, de recursos em moeda externa derivados do aumento de divisas, mas só os obteremos se efetivamente nos juntarmos às economias mais avançadas. Por isso precisamos estimular o empresário brasileiro a atuar mais próxi-

mo dos estrangeiros, promovendo associações e joint-ventures.

— Vivemos, no período 65-80, anestesiados por uma injeção líquida de recursos em moeda estrangeira que certamente não mais receberemos pelo menos até o ano 2000. Teremos agora que gerar divisas através do nosso trabalho de integração com o exterior. As respostas positivas não virão a curto prazo, e sim com a manutenção de uma política que se ajuste às circunstâncias mas sempre perseguindo objetivos nacionais, os quais terão de ser claramente entendidos e aprovados pela sociedade.

— Isso não será difícil, porque o País tem um potencial de crescimento baseado num parque industrial moderno, numa infra-estrutura atualizada, no estilo de gestão do nosso empresariado e sobretudo numa coisa nova, que é a total mudança de atitude da sociedade brasileira em relação ao trato da coisa pública.

Banco quer criar uma “cultura energética” no País

O BNDES resolveu “apostar alto” na racionalização de energia como alternativa à falta de recursos para os altos investimentos necessários ao setor nos próximos anos. O Departamento de Energia do Banco está adotando medidas para dar condições especiais de financiamento aos empresários que se dispuserem a racionalizar energia.

Apoados no Programa de Racionalização de Energia (Proen), já existente no Banco, os técnicos do setor de energia têm como objetivo principal criar uma cultura energética no País, conscientizando os consumidores para o uso racional da energia.

Segundo o Chefe do Departamento de Energia do BNDES, Rômulo Santos, há uma série de mecanismos de racionalização que poderão ser adotados pelo tomador do empréstimo e levados em consideração durante a análise dos projetos: a opção tecnológica, locacional e arquitetô-

nica de um empreendimento; a escolha de um equipamento em razão de sua eficiência energética; a produção de equipamentos eficientes; a adequação aos programas de cogeração de energia; e a integração de um projeto ao seu peso no mercado mundial.

Uma das principais medidas adotadas pelo Banco — anuncia Rômulo Santos — é a simplificação das operações no âmbito do Proen, que poderão ser feitas diretamente através da rede bancária, no mesmo esquema da Finame. O empresário interessado pode se dirigir a qualquer banco, de posse de um projeto de racionalização de energia (feito gratuitamente pela empresa concessionária de energia elétrica do seu Estado), e obter o financiamento a juros de 6% ao ano, prazo de até cinco anos e com participação do BNDES de 60% do investimento total.

O Proen tem por finalidade financear investimentos fixos destinados à

melhoria de eficiência no consumo dos energéticos corretamente utilizados; produção, transporte e consumo de fontes energéticas não convencionais de comprovada eficiência técnica e econômica, com especial ênfase ao aproveitamento de rejeitos urbanos, agrícolas e industriais; redução dos níveis de perda na produção, transporte, distribuição e armazenagem de fontes energéticas; e utilização de materiais combustíveis de suprimento local e regional.

Estudos realizados pela Centrais Elétricas de São Paulo (Cesp) e utilizados pelos técnicos do BNDES concluem que se o País tivesse condições financeiras para investir numa radical reformulação de seus aparelhos e sistemas elétricos poderia dispensar a construção de usinas hidrelétricas com capacidade para gerar 27,9 mil megawatts de energia, ou seja, economizaria cerca de US\$ 55 bilhões — pouco menos da metade da nossa dívida externa.

Os estudos do BNDES, também baseados em trabalhos da Universidade de São Paulo, revelam que o aumento do consumo de energia não tem, necessariamente, como resultado o crescimento econômico. O desempenho de países desenvolvidos é o melhor exemplo desta constatação e dos efeitos da racionalização. De 1973 a 1985, o consumo “per capita” de energia no Japão registrou queda de 6%, para um crescimento do PIB de 46%. Nos Estados Unidos houve uma queda de 12% para um crescimento do PIB de 17%. No Brasil, o consumo energético ampliou-se em 34%, enquanto o PIB cresceu 30%.

Rômulo Santos explicou ainda que a decisão do BNDES de intensificar o apoio a projetos de racionalização de energia responde a fatos como a escassez de recursos do País, a previsão de indisponibilidade de fontes e o sucesso de outros países em programas semelhantes.

Apoio a empreendimento pioneiro: cultivo de noz macadâmia em São Mateus

Financiamento de NCz\$ 925 mil foi concedido pelo BNDES à empresa Vale Verde Agroindustrial S.A. (Vaversa), do Espírito Santo, para expandir a área cultivada com noz macadâmia no município capixaba de São Mateus. O investimento total no projeto é de cerca de NCz\$ 2 milhões.

O projeto é pioneiro no Brasil e começou a ser executado em 1984, em uma área-piloto. Prevê o plantio de 350 hectares com noz macadâmia, além dos 50 hectares já plantados na fase-piloto. Os 400 hectares viabilizarão a instalação de uma unidade de beneficiamento de noz com capacidade para processar 2 mil toneladas anuais.

A noz macadâmia é consumida na preparação de aperitivos (noz torrada e salgada), doces e chocolates. O óleo que contém, de alto teor e qualidade, é utilizado na indústria de cosméticos. Devido à reduzida produção mundial, e por ser de qualidade superior à quase totalidade das nozes, obtém preços superiores a estas no mercado internacional. A macadâmia é originária da Austrália e vem sendo explorada comercialmente pelos estados americanos do Havaí e Califórnia. A produção do Havaí é de 16 mil t/ano. A Austrália, segundo maior produtor mundial, produz 6 mil t/ano. Há grande de-

manda insatisfeita para o produto, em especial nos EUA, Europa e Japão, com mercados praticamente inexplorados. O Brasil iniciou na década de 60 o cultivo experimental.

Em contatos com centros de pesquisa nacionais e com produtores havaianos, a Vaversa selecionou variedades mais adequadas às condições locais. Será necessário adotar um sistema de irrigação por microaspersão. A empresa desenvolveu tecnologia para a produção de mudas.

Dado o porte da árvore da macadâmia em sua idade adulta, o projeto resultará em um autêntico reflorestamento na área do Espírito Santo em que se instalará: as florestas naturais foram devastadas na região pelo desmatamento.

O projeto vai criar cerca de 300 empregos permanentes diretos e 400 temporários, na época da colheita.

Com sede em São Mateus, a Vaversa atua desde 1983. É exportadora de mamão papaia (produção em 150 hectares). Produz ainda urucum (50 hectares) e tem plantados, mas ainda não em produção, 50 hectares de guaraná, 40 de manga, 70 de seringueira e 20 de cravo-da-índia.

Investimentos de NCz\$ 6 milhões em 4 projetos de plantio de maçãs no Sul

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social aprovou financiamentos, no valor global de NCz\$ 6 milhões, que beneficiarão quatro projetos de plantação de maçãs, localizados em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

A lochpe Fruticultura e Reflorestamento Ltda., vai utilizar um financiamento de NCz\$ 2,3 milhões para plantar 325 hectares de pomares de maçã e melhorar os 286 hectares já existentes, localizados nos municípios gaúchos de Bom Jesus e Vacaria. Serão realizados investimentos em instalação de sistema de irrigação, colocação de telas de proteção contra granizo, reflorestamento, aquisição de máquinas e equipamentos e obras civis.

Um crédito de NCz\$ 2,1 milhões será usado pela Gala Frigoríficos Ltda. na plantação de 622 hectares de maçã na localidade de Vacaria, a segunda maior região produtora de maçãs do País. Serão plantadas 920 mil mudas

de quatro variedades diferentes: Gala, Fuji, Mallies e Belgolden.

A Fischer Fraiburgo Agrícola Ltda., de Santa Catarina, vai aplicar um financiamento de NCz\$ 858 mil na plantaçaõ de 218 hectares de maçãs e na manutenção de 341 hectares já existentes, no município de Fraiburgo, o maior produtor de maçãs do Brasil. Serão feitos investimentos também na ampliação da capacidade de estocagem a frio, de 10.500 para 15.370 toneladas.

Um financiamento de NCz\$ 720 mil será aplicado pela Pomifrai Fruticultura S.A., localizada em Fraiburgo, na plantaçaõ e manutenção de um pomar de 150 hectares de macieiras de diversas variedades. O projeto prevê um aumento de produção da ordem de 4.500 toneladas por ano, permitindo à empresa atingir a produção total de 18 mil toneladas em 1995, numa área de 600 hectares de plantio. Serão plantadas maçãs dos tipos Fuji, Gala, Golden e Grany Smith.

BNDES financia instalação de fábrica de autopeças em Minas

A KTE — Indústria Metalúrgica Ltda., empresa carioca do ramo de autopeças, vai utilizar um financiamento de NCz\$ 2,4 milhões, concedido pelo BNDES, na instalação de uma fábrica de parafusos e peças especiais de baixo e médio carbono, com capacidade para 2.200 toneladas por ano, no município de Pouso Alegre, Minas Gerais. Os recursos serão repassados pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

O projeto da KTE prevê a fabricação de produtos de alta qualidade, tendo em vista o mercado que pretende atingir — o automobilístico —, altamente exigente quanto à qualidade. Seus principais produtos serão os parafusos de cabeça sextavada com diâmetros de 4,0 a 12,7 mm e peças especiais de diâmetros de 2,0 a 12,7 mm, em aços carbono ou aços espe-

ciais (aços-liga).

A indústria automobilística absorverá cerca de 80% da produção. Esse mercado é suprido por mais de 30 empresas, localizadas principalmente em São Paulo. Com a entrada em operação, prevista para 1990, a KTE deverá se situar entre as seis maiores empresas nacionais do ramo, detendo cerca de 5% do mercado.

Além da geração de impostos estaduais e municipais, o projeto da KTE vai permitir a criação de 155 novos empregos diretos na região do Distrito Industrial de Pouso Alegre. Sob o aspecto ecológico, o projeto não causará dano ambiental. Está prevista a instalação de um sistema de purificação dos gases exalados e de um centro de tratamento do despejo de líquidos usados no processo.



Noticiário produzido e editado pela Assessoria de Comunicação (ASCOM) do Sistema BNDES.

Assessoria de Comunicação do Sistema BNDES — ASCOM
Av. Chile, 100 — 12º andar — CEP 20139 — Rio de Janeiro — RJ
Telefones: 277-7181/277-7182/277-7191/277-7192/277-7264/277-7096/277-7802 — Telex: (21) 34110

Assessoria de Divulgação em Brasília-DF (para o Norte e o Centro-Oeste)
End.: Edifício BNDES — Setor Bancário Sul — Conj. 1 — Bloco E —
13º andar — CEP 70070
Tel.: 225-8214 — Telex: (61) 1190

Assessoria de Divulgação em São Paulo-SP (para SP e Região Sul)
End.: Av. Paulista, 460 — 12º e 13º andar — CEP 01310
Tel.: 251-5055 — Telex: (11) 35568

Assessoria de Divulgação em Recife-PE (para o Nordeste)
End.: Rua do Riachuelo, 105 — 7º andar — CEP 50000
Tels.: 231-0013/231-0410/231-0200 — Telex: (81) 2016

A Central de Telex do BNDES atende agora pelo número-chave (021) 34110. Foram desativados os demais números.

BNDES financia instalação de estação de transferência de lixo em S. Paulo

A empresa Vega Sopave S.A. vai aplicar um financiamento de NCz\$ 1,8 milhão, concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, na instalação de uma estação de transferência de lixo no bairro Itaquera, com capacidade de 1.400 toneladas por dia, para transbordo do lixo domiciliar proveniente da Zona Leste do município de São Paulo. O crédito será repassado pelo Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (Badesp).

O projeto da Vega Sopave — a principal empresa do setor de limpeza pública do País — possibilitará a racionalização da coleta e distribuição do lixo, com consequente redução de

custo operacional e melhoria ambiental. A empresa é responsável atualmente por 55% da coleta de lixo da capital paulista e faz o mesmo trabalho nas cidades de Ponta Grossa (PR), Cuiabá (MT), Buenos Aires (Argentina) e Montevidéu (Uruguai).

A Vega Sopave já opera no bairro de Vergueiro uma estação de transferência, de propriedade da prefeitura de São Paulo. É uma das principais do sistema, recebendo 13% dos resíduos coletados no município. A estação de Itaquera atenderá a uma área de 298 km², com uma população de cerca de 3,6 milhões de habitantes. Nessa estação será feito o traslado do lixo, dos caminhões coletores para carretas especiais, de

maior capacidade, que o conduzem à sua destinação final — incineradores, usinas de compostagem ou aterros sanitários. Para a compra dessas carretas a Finame, subsidiária do BNDES, já concedera meses atrás à Vega Sopave um financiamento de cerca de NCz\$ 1 milhão.

O financiamento aprovado pelo BNDES enquadra-se nas diretrizes do Banco que objetivam criar novas oportunidades de investimento em infra-estrutura para estimular empresas privadas a operar em áreas até agora de responsabilidade quase exclusiva do Estado, como a de coleta, transporte, beneficiamento e destinação final do lixo urbano.

Sansuy amplia produção de laminados de PVC

A Sansuy S.A. Indústria de Plásticos recebeu um financiamento de NCz\$ 740 mil, concedido pelo BNDES, para concluir a execução do projeto de aumento de sua produção de laminados e de filmes de polietileno e PVC para embalagens industriais. A fábrica localiza-se no município de Embu, a 27 quilômetros da capital paulista.

Atuando no setor de transformadores de plásticos, a Sansuy produz laminados planos flexíveis, laminados planos rígidos, embalagens para a indústria têxtil, produtos para impermeabilização de barragens, diques e lagos, contêineres flexíveis, armazéns infláveis, tubos (mangueiras e dutos de ar) etc. Está entre as 20 maiores indústrias transformadoras de plásticos do País e no segmento de mangueiras detém 40% do mercado. Suas vendas no mercado interno atingem todo o país e suas exportações concentram-se nos Estados Unidos e em alguns países da América Latina.

Racionalização e conservação de energia na USP

A Universidade de São Paulo (USP) recebeu colaboração financeira do BNDES no valor de NCz\$ 1,4 milhão, destinada a apoiar o projeto de conservação, racionalização e economia de energia elétrica por meio da instalação de um sistema avançado de iluminação na Cidade Universitária. O projeto prevê a substituição de 80 mil luminárias convencionais por 40 mil luminárias especiais de alta eficiência, o que proporcionará uma economia de 50% de energia elétrica com a garantia de fornecimento da mesma intensidade de luz. As luminárias serão fabricadas pela Indústria Elétrica Itaim, mas a patente do projeto pertence à USP. O investimento total do projeto é de cerca de NCz\$ 2,4 milhões. A economia de energia elétrica será de 1,2 milhão de quilowatts por mês.

Apoio financeiro a empresa do Paraná para concluir uma fábrica de fundição

Um financiamento de NCz\$ 1,4 milhão foi concedido pelo BNDES à Indústria Metalúrgica do Paraná S.A. (Inpar), para a conclusão da instalação de uma unidade de fundição em Ponta Grossa (PR). A fábrica produzirá fundidos de ferro e terá capacidade de 42 mil toneladas anuais.

A nova unidade está dimensionada para produzir cerca de cem tipos de peças fundidas em ferro nodular e ferro cinzento, para as indústrias automobilísticas, de tratores, de implementos agrícolas, de bens de capital e de equipamentos ferroviários. As principais peças são tampa de mancal, carcaça de diferencial, cubo da roda, virabrequim, placa de pressão, placa de apoio, tambor de freio, carcaça da direção, suporte de freio, caixa de engrenagem e suporte de mola. Cerca de 65% das peças destinam-se à

indústria automobilística e 20% à de máquinas e implementos agrícolas.

No setor de fundição, os produtos de alta tecnologia são em geral os que suprem a indústria automobilística. Trata-se de um segmento em que a qualidade do produto é vital e a capacidade de produção é importante para o sucesso da empresa. Caracteriza-se também pela grande necessidade de recursos financeiros para investimentos, principalmente em modernização. O projeto apoiado pelo BNDES propiciará à Inpar a absorção de tecnologia avançada em equipamentos e processos, tornando-a uma empresa moderna e com grande competitividade no que diz respeito a custos, tecnologia, preços e qualidade do produto. A Inpar pretende oferecer produtos de alta e média tecnologia — segmentos de mercado em que é neces-

sário ter elevada capacidade de produção, alta qualidade, instalações modernas e especialização em relação aos mercados definidos.

O projeto deverá gerar 1.300 empregos, sendo 40 de nível superior, 210 de nível médio, cerca de 600 semi-especializados e cerca de 460 não qualificados. Está prevista a instalação de equipamentos de controle de poluição: com isto, a operação da fábrica não provocará desequilíbrio ambiental.

O setor de fundição é um dos mais importantes supridores da indústria, oferecendo insumos para a produção em diversos setores. Os mais importantes são: material de transporte, 33% da produção; indústria de base, 19%; material mecânico e de bens de capital, 14%; material agrícola, 13% e infra-estrutura, 12%.

A diretoria do BNDES

Com as alterações adotadas em decorrência do decreto presidencial 97.460, de 15 de janeiro último, ficou assim formada a Diretoria do BNDES: presidente, Márcio Fortes; diretor vice-presidente, Bruno Nardini (responsável pela área de Planejamento e pela área de projetos agrícolas e sociais — AP-IV); e diretores Amaral de Souza (área de projetos industriais — AP-I); Ney Távora (área de infra-estrutura — AP-II); Jairo Isaac (área de aplicações via agentes financeiros — AP-III e área jurídica); e Nildemar Secches (área financeira e internacional).

Privatização: uma contribuição ao debate nacional

MÁRCIO FORTES

A definição do papel do Estado é o cerne da questão, nesse momento em que se elabora um projeto de lei a ser votado pelo Congresso Nacional, estabelecendo princípios e regras sobre o processo de privatização. A privatização é na verdade uma questão menor, um item apenas do grande debate que precisa ser travado a respeito da função do Estado.

O papel do Estado não chegou a ser analisado em toda a sua extensão pela Assembléia Nacional Constituinte, nem foi definido como deveria pela nova Carta Magna. Isto poderá ser feito agora, por meio desse projeto que chegará felizmente ao exame do Congresso num momento muito oportuno — um momento em que se multiplicam com nitidez e velocidade os sinais de transformação da sociedade brasileira. Oportuno também porque esse debate surge num instante em que os problemas conjunturais põem a nu toda a fragilidade das nossas finanças públicas — a causa efetiva das nossas dificuldades econômicas.

Para repensar e definir o papel do Estado precisamos levar em conta que ele é hoje, no campo social, carente de recursos; e que é o responsável pela promoção humana da sociedade como um todo. São dele as tarefas de distribuir os frutos do crescimento; prover a justiça; garantir a segurança dos cidadãos; zelar pela saúde dos menos favorecidos; propiciar educação à juventude, em especial nas camadas mais carentes; assegurar a preservação da soberania nacional.

Em nenhum momento devemos menosprezar o papel que o Estado exerceu na evolução da economia brasileira. É inestimável a acumulação de experiências, de riquezas, de tecnologia e de soberania que o País conquistou, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, graças à atuação do Estado. Com a criação do BNDES, Petrobrás, Eletrobrás e outras empresas, forjaram-se também uma cultura e o anseio geral de aproveitar tudo o que fosse possível, em termos de cérebros e de recursos, para substituir a dominação estrangeira da nossa infra-estrutura. À falta de formulação legal, e na ausência de capitais e de experiência que pudessem orientar o

setor, isso teve de ser tarefa do Estado, que a cumpriu com brilho e competência.

Um novo dado desponta no cenário. Hoje em dia — e daqui para a frente — não mais podemos contar com as facilidades em termos de crédito externo de que dispusemos em especial no período 65-80. O financiamento imprescindível à manutenção do nosso crescimento deverá, por isso, provir, em sua quase totalidade, de fontes internas de recursos. Essa necessidade de autofinanciamento é uma mudança radical no processo do desenvolvimento brasileiro. E ela chega numa etapa em que são visíveis os indícios de saturação da capacidade estatal para investir em setores básicos.

É claro que algumas atividades industriais, por serem de importância estratégica, merecem ser sempre conceituadas como de responsabilidade do Estado. Um exemplo é o petróleo, um insumo escasso, e não renovável. O

iniciativa privada pode e deve construir e operar hidrelétricas, construir e operar rodovias e redes de transportes urbanos, modernizar e operar portos — obtendo lucros com isso, por que não? E isso não significará desregulamentação. Ao contrário: haverá até mais rigor na regulação. Desonerada da ação produtiva direta, o Estado poderá aprimorar seus mecanismos de controle e normatização, resguardando o interesse público.

A experiência do BNDES no processo de privatização, extraordinariamente bem-sucedida, e certamente não a única, está à disposição da sociedade brasileira, não apenas para enriquecer o debate, mas para ser utilizada em casos específicos. Ela se baseia numa palavra-chave: determinação. Saber o que se está fazendo, o que se precisa fazer, por que se está fazendo — e fazer. Enfrentando, aliás, muitos obstáculos, como incompreensões e desinformação. Em minha gestão já privatizamos 12 empresas produtivas cujo controle o

Para cada caso temos contratado, por meio de concorrência pública, duas empresas de avaliação; cotejamos suas avaliações independentes com a avaliação feita pelo próprio corpo técnico do Sistema BNDES; e escolhemos, como preço mínimo, o maior dos três. Os resultados têm sido excepcionais, como nos casos da Aracruz Celulose (em que tivemos um valor 20% superior ao preço mínimo pedido), Caraíba Metais (30% acima) e Sibra (quatro vezes mais).

A transparência no processo começa com a divulgação inicial da história da empresa e do empreendimento; prossegue com a abertura das portas da empresa logo após a publicação dos primeiros editais: facilidades para visitas, exame de suas contas, oferecimento de auditorias alternativas, abertura das informações a todos os interessados, desde os candidatos até os representantes da sociedade, como a imprensa, o Congresso Nacional e o Poder Judiciário; e culmina com a própria realização da venda em leilão público, em bolsa de valores. (A propósito do Judiciário: o processo é tão cristalino que nos possibilitou, no caso da Caraíba Metais, derrubar sete ações judiciais impetradas por grupos interessados em impedir o leilão e, no caso da Cimetal Siderurgia, 13 ações.)

"O patriotismo não é, como muitos equivocadamente alardeiam, um privilégio do Estado, assim como a competência não é um privilégio da empresa privada."

monopólio estatal é uma conquista da sociedade brasileira, um consenso nacional que paira acima das divergências e das ideologias. Afara casos especiais como esse, parece-nos óbvio que, nessa fase de tão raros recursos públicos, em muitos outros setores produtivos o Estado deve restringir-se ao exercício de seu poder regulador do desenvolvimento. Deve regular preços, regular concessões, regular o processo mesmo de instalação das indústrias, o nível de produção nas várias regiões para evitar disparidades etc.

Ante o quadro de insuficiência crônica de recursos oficiais, é óbvio também que o setor privado, hoje com liquidez em muitos setores, pode assumir uma parcela ponderável das funções do Estado na produção de bens e serviços, criando novas oportunidades de investimento em áreas como infra-estrutura e aliviando assim o Estado dessa carga que hoje o sufoca. E essa possibilidade é uma faceta nova do processo de desestatização. A

BNDES assumira para saneá-las financeira e administrativamente. Eram empresas de gestão intrinsecamente privada mas que, por variadas razões, caíram nas mãos do Estado. Na verdade nós as reprivatizamos. E obtivemos, em troca delas, quase 1 bilhão de dólares — dinheiro que estamos reinvestindo no desenvolvimento nacional. Falta privatizar apenas cinco.

Em três pilares baseia-se o nosso modelo: técnica de avaliação para vender os ativos; transparência no processo; e acurada análise de resultados. Quanto à técnica de avaliação, a autoridade que tem o BNDES — uma instituição séria, insuspeita e respeitada — ajudou-nos a entender que a idéia de que só se deve tentar privatizar empresas não lucrativas é um conceito anacrônico e superado. Evidentemente o setor privado só aplica seu capital naquilo que dá lucro — obtido a custo, é claro, de muita organização, muita experiência empresarial e muito trabalho.

Por último, o aprimoramento na avaliação de resultados reforça o processo com itens como aferição prévia das necessidades de investimento da empresa, análises de mercado e oferta de financiamentos. Isto resulta em vantagens futuras para a empresa. A Caraíba, por exemplo, em cinco meses pôde expandir em cerca de 10% sua produção, modernizar e enxugar sua administração, e proporcionar aumentos salariais reais aos empregados.

Com este minucioso processo temos dado ainda outra contribuição ao País. Estamos mostrando à sociedade que o empresário privado, além de sua decentada eficiência, pode também ser um patriota — o patriotismo não é, como muitos equivocadamente alardeiam, um privilégio do Estado, assim como a competência não é um privilégio da empresa privada.

(Transcrito do Jornal do Brasil de 27/02/1989)